

## A INSERÇÃO DA MULHER NO SINDICATO: UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA QUESTÃO DE GÊNERO

*Terezinha Brumatti CARVALHAL*

Mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e  
Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente, SP;  
Membro do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do  
Trabalho) e do CEMOSi (Centro de Memória,  
Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan  
Fernandes"), ambos coordenados pelo Prof. Dr.  
Antonio Thomaz Júnior.  
Email: tbrumatti@hotmail.com

**Resumo:** Neste artigo por meio da geografia do trabalho, temos a possibilidade de entender a configuração do processo de metabolismo do capital, transfigurada no embate da relação entre os sexos, permeada pela relação de classe. Entendendo que a relação de poder também permeia a relação entre os sexos, além da relação entre as classes sociais. Isso tendo em vista a percepção que as mulheres têm sobre a questão de gênero nos sindicatos e da jornada tripla de trabalho, ao ingressarem na militância sindical. Entendemos que as trabalhadoras são alienadas de sua condição de trabalhadora, reprodutora e mantenedora da reprodução da espécie, e que para isso necessita de apoio para suas necessidades de mães-trabalhadoras. O capital se apropria dessa condição, na medida em que não apóia esse processo de reprodução e também não facilita que o mesmo aconteça. Ao contrário, faz com que as funções inerentes à mulher sejam por ela individualmente resolvidas, o que acaba sobrecarregando-a na sua luta diária para cumprir a dupla e tripla jornada de trabalho. Apesar disso, apostamos que será por meio do sindicato que a mulher pode encontrar mecanismos de conscientização política e de saltar escalas, ou seja, é por meio da ocupação de funções nos sindicatos, mesmo que elas sejam secundárias, que a mulher pode trazer questões específicas de gênero para o sindicato.

**Palavras-chave:** Geografia, trabalho, sindicato, gênero.

**Abstract:** In this work we look for to express the Geography of sort in the syndicates of President Prudente. For this, we look for to know which the paper of the syndicate in the question of the diligent woman in whom it touches the biggest participation of the woman of the syndicate, beyond the agreement of being diligent woman in the capitalist society. By means of interviews to the syndicalistic men and women, we look for to apprehend the participation of the woman in the syndicates. We could apprehend beyond the lack of interaction between workers of the base and the syndical direction, the alienation of the proper syndicalistic and diligent women, strengthened for the syndical structure extremely coed-opt and corporativista. In the direction of the syndical fights to be come back toward wages and jobs. Despite this, we bet that it will be by means of the syndicate that the woman can find awareness mechanisms politics and jump scales, or either, is by means of the occupation of functions in the syndicates, exactly that they are secondary, that the woman can bring specific questions of sort for the syndicate.

**Keywords:** Geography, work, gender, syndicate.

## APRESENTAÇÃO

Este artigo compõe o último capítulo de nossa dissertação de mestrado, onde diante da análise dos dados obtidos por meio de pesquisa de campo, bem como pesquisa bibliográfica, tentamos desenvolver algumas idéias em busca de uma construção teórica em torno da questão de gênero na geografia. Importante colocar que juntamente com nosso grupo de estudos<sup>1</sup>, temos buscado fortalecer estudos da questão do Trabalho, bem como da questão de gênero.

Lembrando que a Geografia busca entender as diferentes relações sociais configuradas no espaço, sendo esse espaço criado através das relações do homem com a natureza, que se dá pelo trabalho e o trabalho é realizado pela sociedade dividida em classes sociais, que por sua vez também é dividida em sexos, nos dizeres de SOUZA-LOBO(1991): “ a classe operária tem dois sexos”.

Objetivamos de forma geral, apreender a importância dos sindicatos na vida das sindicalistas, sua relação com os sindicatos do qual fazem parte e de como vêem a questão da atuação da mulher nos sindicatos. Além da “leitura” que as mulheres fazem delas como sindicalistas e sindicalizadas, assim como também investigamos o que pensam sobre a funcionalidade de um sindicato<sup>2</sup>. Também abordamos sindicalistas homens<sup>3</sup> para apreendermos a preocupação destes com a participação da mulher nos sindicatos. As atenções estiveram voltadas para a apreensão da política de apoio à mulher, através da criação de comissões direcionadas a inserir a questão de gênero na pauta de discussões que levem em conta a dupla ou tripla jornada de trabalho. Entendendo que é por meio das relações de trabalho que se dá à mediação do homem com a natureza e esse processo se torna alienado quando ocorre na sociedade capitalista, tentamos desvendar a dinâmica de movimentos que fazem parte do processo de metabolismo do capital e que possui uma singularidade e territorialidades próprias. E no caso das mulheres trabalhadoras, ocorre uma dupla exploração, a de trabalhadora e a de provedora da força-de-trabalho. Pois a medida em que a mulher não recebe nenhuma forma de auxílio no cuidado com os filhos, no provimento da força-de-trabalho, formada por esses filhos, pelo marido e de seu próprio provimento, não gera portanto custos para o capital. Vemos então, que a mulher se sobrecarrega com a dupla jornada de trabalho, na medida em que as funções determinadas pela divisão sexual do trabalho, com sua inserção no mercado de trabalho, não são redivididas.

Assim, decidimos que a escolha dos sindicatos a serem trabalhados se daria tendo em vista a sua representatividade política e numérica dos trabalhadores<sup>4</sup>. Abrangendo assim setores privados e públicos, com desdobramentos para as principais atividades desenvolvidas localmente e que expressam a relação capital x trabalho, tais como, agroindústria, indústria, comércio e serviços. Dessa forma abordamos categorias diferenciadas, para que pudéssemos analisar e entender o embate

dos trabalhadores, nas questões trabalhistas, sob sua diferencialidade de inserção profissional, sendo que essa diversidade também foi vista como uma possibilidade de avaliarmos em quais categorias a mulher tem mais presença e em quais sindicatos a questão de gênero, tem se enraizado no arcabouço das lutas.

## INTRODUÇÃO

Com o intuito de verificarmos como as questões de gênero estão configuradas no espaço do sindicato, investigamos a inserção e atuação da mulher nos sindicatos de Presidente Prudente, entendendo que cabe à Geografia, como ciência que busca a interpretação dos fenômenos sócio-espaciais, decifrar qual o papel dos diferentes atores sociais na busca da territorialização de sua luta para uma sociedade para além do capital.

Porque conforme MOREIRA (1985), a luta dos trabalhadores é travada no interior de uma estrutura material da sociedade que é o espaço geográfico e que atua como sujeito e objeto da construção do espaço, podendo se exprimir como espaço e contra-espaço, em que, em nosso caso específico, a mulher sindicalista seja potencialmente capaz de agir na sociedade de forma a garantir, por um lado, maior equalização em sua relação com o homem e de outro, em sua luta como trabalhadora.

THOMAZ (2000) coloca que, a partir do processo de reestruturação produtiva do capital passa a haver profundas mudanças no território e espaço, sendo que cabe a geografia captar as contradições configuradas nesse espaço. Tendo em vista a competitividade e concorrência que se instala, refletindo também em escala menor sobre a classe-que-vive-do-trabalho. Esta porém se torna cada vez mais polissêmica, pela sua complexidade e por se tornar cada vez mais ampla, com a inserção dos trabalhadores informais, desempregados, sem-terra, divididos em classes e gênero.

Importante ressaltar que se a mulher está ingressando cada vez mais no mercado de trabalho, esse crescimento não tem se verificado na seara política<sup>5</sup>, isso reflete de certa forma a subjugação do gênero feminino, que não se vê representado nos órgãos da classe trabalhadora. Associado a isso, apresentam-se no interior do movimento sindical muitos problemas de integração aos trabalhadores sem carteira, camponeses sem terra, as minorias raciais e as mulheres.

Dessa forma buscamos, demonstrar o entendimento de ser mulher trabalhadora na sociedade capitalista, de seus direitos e sua relação com os homens. Pois é ingressando no âmbito de trabalho assalariado que a mulher se sobrecarrega, pois suas obrigações domésticas não são afastadas, devido à divisão sexual das tarefas, que é decorrente da ideologia pregada pela sociedade burguesa e patriarcal que afirma a hierarquia social entre os gêneros, a conseqüente divisão de sexos e correspondentes funções<sup>6</sup>.

Porém a mulher ao se assalariar tem a possibilidade de vislumbrar outros horizontes e viabilizar por meio do sindicato, a inclusão da discussão a respeito do seu caráter específico de trabalhadora e exercedora da dupla/tripla jornada de trabalho. É nesse sentido que colocamos a importância de se avançar na construção de um contra-espço, ou seja, que esses movimentos se posicionem contra a ordem que está efetivamente posta, se desenvolvendo de forma alternativa.

E como poderemos constatar, a forma como a questão de gênero está colocada na sociedade, implica em inserções diferenciadas, segundo o sexo, no mercado de trabalho, nos sindicatos e em diversos lugares da sociedade. E que por meio da ideologia apregoada por meio dos aparelhos do Estado, há uma naturalização da divisão social do trabalho, onde o processo das relações de trabalho e a respectiva hierarquização das diversas categorias, são diluídas provocando a alienação entre os próprios trabalhadores. No entanto o processo de alienação, segundo MARX (1992), se dá no momento em que o trabalhador é habilitado a existir primeiro como trabalhador e depois como sujeito físico, e para manter-se como ser físico, é preciso que se mantenha como trabalhador, caso contrário será marginalizado. Porém, esses trabalhadores além de se tornarem alienados do fruto de seu trabalho, os produtos, tornam-se alienados de sua espécie. Assim o reconhecimento de um trabalhador em outro fica comprometido também, na medida em que o trabalho inverte a relação de consciência de sua atividade, tornando um meio para sua existência.

## AS FORMAS DE DOMINAÇÃO DA CLASSE E DO GÊNERO

Tivemos a oportunidade de verificar por meio do estudo da questão do gênero no meio sindical, a territorialização de uma relação estabelecida pelo processo metabólico do capital. É por meio da expressão desse fenômeno que se percebe a subordinação a que se submetem e são submetidas as mulheres da classe trabalhadora e a classe trabalhadora de forma geral.

Se por um lado existem autores, como CHAÚÍ (1994), que dizem que a busca pela emancipação da mulher não será por meio da inserção no mercado de trabalho, no sentido de que há movimentos de mulheres que reafirmam a ideologia dominante, sem questionar a hegemonia dominante. Por outro lado, ponderamos apoiados nas idéias de LÊNIN (1980), que é pela inserção no mercado de trabalho que se criam condições de melhor entendimento de sua realidade.

CHAÚÍ (1994) aponta ainda que no caso do movimento feminista, apesar de suas conquistas e pela própria inserção da discussão da questão de gênero no meio acadêmico, o movimento não logrou contestar o sistema, já que a luta das feministas, é uma luta pela igualdade ao direito do emprego e liberdade de seu corpo. Igualdade

para serem exploradas e de realizarem trabalhos alienados, e de possuir a liberdade de seu corpo, para empregarem onde quiserem. Mas LÊNIN (1980), assevera que a medida em que as mulheres passam a serem exploradas no ambiente público, apesar de sofrerem a dupla jornada de trabalho, isso permite que se crie um processo de consciência de classe. Na medida em que, estando em condições que beiram o limite de sua existência, é que então podem passar a perceber a condição em que se encontram e a sua posição no espaço movido pela lógica do capital.

Talvez algumas mulheres só cheguem a essa conclusão apenas como sindicalistas, ou talvez nunca alcancem isso, mesmo com o exercício da terceira jornada de trabalho, quando ingressam na militância política. O fato é que as mulheres, por meio da inserção no mercado de trabalho assalariado, realizado na maioria das vezes no meio público, ainda que existam trabalhos exercidos no ambiente do domicílio, também, têm a possibilidade de terem contato com lideranças sindicais, com diversos movimentos sociais, etc. Porém, percebemos que as mulheres, tendo em vista a pesquisa realizada junto às trabalhadoras de Presidente Prudente, tendem a se aproximar do sindicato, em busca de diversas formas de assistencialismo. Isso porque se acostumaram a verem no sindicato o solucionador dos problemas pessoais, como dentista, médico, farmácia, etc. Temos então por um lado, as mulheres que se acostumaram a ver isso nos sindicatos, e os sindicatos por outro lado, se mostraram como exercedores preferencialmente dessas funções assistencialistas.

Dessas questões apontadas, há a questão que deve ser frisada, que é o fato de sair a público, sair do seu meio privado e se relacionar com as pessoas, pois o interior do lar, além de limitar muitas ações, limita as idéias. A convivência direta com a exploração do capital, proporciona a dupla exploração, porém essa vivência e experiência podem potencializar formas de resistência. O limite vivido com a imposição do capital, na realização do trabalho assalariado, coloca as mulheres em certa situação de igualdade com os homens trabalhadores, do ponto de vista da exploração enquanto classe social. O problema é que ao se inserirem nos sindicatos, na maioria das vezes, incorporam “a luta dos homens”, levando em conta apenas a questão da classe social, não reivindicando questões de gênero. E como base, as mulheres também requerem do sindicato questões de classe, pois sendo assim, as mulheres se sentem/ ficam em iguais condições com os homens, ao lutarem pelas mesmas coisas.

Essa falta de identidade de gênero e de consciência de sua condição na sociedade de classes, é porque as coisas estão colocadas na sociedade, de uma forma, que faz com que as pessoas não percebam essas sutilezas. No sentido de que, a sociedade está estruturada de forma com que as pessoas não se percebam como trabalhadores e pertencentes de uma classe social. E no caso das mulheres, a situação se agrava com a divisão sexual do trabalho.

Segundo CHAUÍ (1994) a ideologia tem um papel muito importante nessa questão e é pelos aparelhos ideológicos do Estado, que se disseminam as idéias da classe dominante. Para a autora a ideologia está diretamente ligada à classe dominante. “A ideologia não é um processo subjetivo e consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos.” (CHAUÍ, 1994, p.78). Os indivíduos não podem perceber que a realidade de classe decorre da atividade de seus membros.

Ainda segundo a autora:

A função da ideologia consiste em impedir essa revolta fazendo com que o *legal apareça para os homens como legítimo*, isto é, como justo e bom. Assim a ideologia substitui a realidade do Estado pela *idéia do Estado* – ou seja a dominação de uma classe é substituída pela idéia de interesse geral encarnado pelo estado. ( CHAUÍ, 1994, p.91)

A função da ideologia é que por meio de seus propagadores possa produzir idéias que confirmem a alienação de que os homens são iguais perante a lei e o Estado, escondendo que o Estado é um instrumento dos dominantes e que a lei foi feita por eles. Para a autora, a idéia de ideologia dos dominados é um contra-senso, na medida em que a ideologia se associa a idéia de classe dominante.

A sociedade capitalista, para se manter necessita que a ordem e a consequente hierarquia das classes sociais se mantenham. Para isso, as classes dominantes fazem uso dos aparelhos ideológicos do Estado, que são a escola, a igreja, etc, com o intuito de que, se reproduza as idéias da classe hegemônica, e de fazer com que a existência da classe se torne um fato natural entre os trabalhadores.

É por meio de métodos tradicionais de educação, que na escola, o aluno tende a se sentir subordinado ao professor, diretor e depois à sociedade de classes. O aluno instigado, curioso é logo direcionado ao pensar linear e a aceitar a idéia da hierarquia ao receber ordens na escola, no trabalho, etc.

É na escola que os alunos começam a se tornarem competitivos entre si e de ver no colega, um concorrente. Segundo CANIATO (1987), a própria ordenação/configuração das carteiras voltadas para frente e sem contato com o colega, impede a cooperação, ao mesmo tempo em que se deixa explícita a idéia de hierarquização do professor com os alunos e de que há sempre alguém no comando da classe. A forma de como se ensina os conteúdos, nos coloca que, segundo CANIATO (1987), a escola tradicional não incentiva a livre idéia dos alunos, além da falta de verbalização das idéias, tanto na forma verbal como na forma escrita, gerando então a passividade dos alunos.

Além de que o conhecimento que é passado, faz com que o processo de conhecimento se torne uma coisa chata e sem prazer, se tornando totalmente desinteressante para a maioria dos alunos.

Outra questão apontada por CANIATO (1987) é de que, muitos dos conhecimentos passados são alienantes, onde não só, não se aprende a ver, como não se aprende a não ver. Além de que, muitas vezes o professor não foi capacitado a ver além do que é oferecido como material de trabalho pela escola e “acaba dançando conforme a música”. Uma vez que o próprio sucateamento do ensino público no Brasil tem gerado essa situação. Segundo Solange Caravina, conselheira da Apeoesp, seção de Presidente Prudente, 61% dos professores do ensino público do estado de São Paulo está em caráter de ACT (Admissão de Contrato Temporário). O que implica, segundo ela, num total desinteresse pelo movimento sindical e pelas lutas por melhores salários, condições de trabalho e de ensino.

Então temos dois processos interligados, que acabam reforçando o papel da escola: o subemprego de muitos profissionais que acabam se submetendo aos ACTs e sem condições de atuar mais eficazmente no trabalho e nos sindicatos. Além da diminuição da chance do aluno, ter por meio da escola, um ensino voltado para o despertar consciente de si e do mundo, uma consciência de si e além de si, e voltado para um despertar coletivo.

Ao contrário disso, o papel da escola seria o de domar e podar o desenvolvimento das idéias das crianças, que possuem a maior capacidade de se surpreender com as coisas e de nunca achar natural uma situação, sendo que essa é a principal condição para o desenvolvimento do saber científico e pensar filosófico?

No que toca a questão de gênero, percebemos que há uma divisão entre os sexos, onde apoiadas nos livros didáticos, as escolas procuram reafirmar a posição das mulheres e dos homens na sociedade, iniciada na família.

Temos então a família, como uma primeira forma de educação, pois muitos de nossos valores e percepções de mundo são adquiridos na família e as primeiras noções de gênero e de classe, também são adquiridas primeiramente, pela organização familiar.

IASI (1999) entende que as relações lançadas na família são complementadas, reforçadas e mesmo revertidas pela inserção nas demais relações sociais, onde o indivíduo passa no decorrer de sua vida, na escola, no trabalho, na militância, etc. Tanto na escola como no trabalho, as relações estão pré-determinadas, nos parecendo ser a única realidade e diante de nossa sobrevivência imediata, nos submetemos à lógica do capital, de trabalhar.

Nossa primeira forma de consciência, se manifesta limitada, no momento em que tomamos a parte pelo todo e nossa consciência se expressa como alienação, porque tomamos o mundo pela necessidade imediata. Essa lógica se internaliza e são pregadas como sendo próprias de cada um. Para o autor, essa primeira forma de consciência, a alienação, é tratada como não-consciência, e será por meio dessa primeira forma de consciência que a ideologia será plantada como forma de dominação.

Para IASI (1999) a materialidade dessas relações produtora da alienação é expressa no universo das idéias como ideologia. A ideologia encontra na primeira forma de consciência uma base favorável para sua aceitação.

As relações de trabalho já têm na família as bases, como já vimos, de aceitabilidade, pois logo ao nascer, a criança já passa a adquirir valores que se torna para ela como verdadeiro e natural. A família realiza a mediação da alienação, porque ela reproduz e reforça as relações sociais de produção, dando a base para que a ideologia frutifique e garanta a reprodução destas. IASI (1999).

Para CHAUI (1994) a ideologia se mantém, porque não diz tudo, porque senão ela se desfaz e se destrói por dentro, e muitas coisas que se pensa ser única, se elimina junto com a ideologia.

No caso da família, não se poderia falar da família, mas de formas de família, que tendem a conservar a subordinação da mulher ao homem e seus interesses, como garantia de heranças, além de manter a autoridade do chefe da família.

Isso se explicita no caso da família burguesa, cuja existência é garantida pelo contrato econômico entre duas famílias e da segurança de que o patrimônio irá ficar como herança e onde o adultério é tido como falta grave, sendo convertido à toda sociedade como forma das mulheres serem vigiadas. No caso da família proletária, o controle sobre as mulheres recai com a proibição do aborto, na medida em que a função exclusiva dessa família é a da reprodução de força-de-trabalho, somente no caso de necessidade da diminuição da mão-de-obra, é que entra em cena o Planejamento Familiar.

A família pequeno-burguesa, tem a finalidade de reproduzir os ideais e valores burgueses para a sociedade. Essa forma de família deve manter o ideal de família, pois se não se condenasse a sexualidade entre os jovens, o prazer tenderia a atrapalhar a rentabilidade e produtividade do trabalho.

É por meio da família e depois também da escola, que as diferenças de gênero são fortalecidas. No caso da família monogâmica e burguesa, é que se criam as bases de opressão feminina e mais tarde na escola, por meio da educação tradicional, separam e opõem-se meninos e meninas, onde a cada um é direcionada uma função. E assim como a ideologia da classe dominante está inerente entre os trabalhadores, a ideologia de gênero, construído socialmente, também. Do ponto de vista de classe, essa dominação se fortalece com a divisão social do trabalho e no caso da mulher trabalhadora a opressão ocorre do ponto de vista da classe e do gênero, portanto da divisão social e sexual do trabalho. E sob a questão de raça, se for negra.

Dessa forma, então podemos tentar entender as relações estabelecidas de subordinação de gênero na sociedade e reproduzidas em outras instâncias, como no âmbito dos sindicatos, onde vemos uma hegemonia masculina, decidindo muitas vezes a própria questão da participação da mulher nesses meios políticos. Vemos por

outro lado, que mesmo quando as mulheres se inserem nos ambientes políticos, ainda não se tornaram sensíveis em relação à questão da mulher. As sindicalistas têm apresentado uma atuação que, do ponto de vista de sua interação com as questões políticas do sindicato, não tem se diferenciado dos sindicatos dirigidos pelos homens, ao não direcionarem políticas específicas à questão da mulher nos sindicatos.

Há também uma falta de interação entre sindicato e trabalhadores da base, fato que pode se confirmar, quando abordamos “se o sindicato é filiado a central sindical”, obtivemos a seguinte configuração. Das 6 trabalhadoras que responderam que o sindicato não é filiado a central, somente uma delas acertou, enquanto que 69 trabalhadoras não sabiam desse fato e três não responderam a essa questão. E das 57 trabalhadoras que responderam que o sindicato é filiado a dada central, 50 delas acertaram. Demonstrando que, a grande parte ainda das trabalhadoras, não tem conhecimento de questões que envolvem o seu sindicato.

Na questão do conhecimento da existência de mulheres nas diretorias do sindicato que as representa, apenas algumas colocaram que sabiam da existência de mulheres na diretoria, sem no entanto, saber o número exato de mulheres.

Com essa configuração, percebemos por parte das mulheres pesquisadas, que a maioria não está interagida com as questões do sindicato, no sentido de sua funcionalidade e de seu papel em relação a sua categoria. Mas também percebemos que por parte do sindicato, não tem havido diálogo com sua base, entre o que pensam e fazem, com o que pensam e querem a base categorial. Do ponto de vista de gênero, essa questão se torna mais complicada, porque para a mulher o meio político não é considerado lugar de mulher e sendo assim, muitas internalizam isso e pensam que não cabe a elas entender o funcionamento desse meio.

Dessas questões nos perguntamos, se por meio do sindicato se poderia lutar pela construção de um outro espaço de igualdade de gêneros e se encaminhar para a emancipação da sociedade do capital? Por meio da construção de um contra-espaço, baseado nas relações igualitárias de gênero, sexo, classes, raças, se findaria a sociedade fundada no metabolismo societário do capital?

E será que podemos pensar nessa atuação das sindicalistas, como exemplo para outras mulheres, como no caso de algumas sindicalistas, que nos disseram que foi por meio de outras que se espelharam e que começaram a atuar, nos sindicatos, continuando de certa forma, o trabalho iniciado por aquelas?

Na sociedade do trabalho, as relações sociais estabelecidas num dado lugar são fruto da imposição das relações de poder, que se expressam na opressão de classe, gênero, etc. Mas nesse mesmo lugar onde são territorializadas as relações hegemônicas, que dão “cara” a um dado lugar, ou que são expressas na paisagem, pode vir a ser contestado.

O lugar como territorialização dos conflitos de classe/gênero, também pode ser o do levante ao contra-espço, como dizia MOREIRA (1985). O lugar, fruto da luta de classes, é onde se territorializa as relações da classe dominante, onde o poder define o ordenamento territorial, associado à grandeza escalar do capital, o poder se define no território, onde as relações definidas são da classe dominante.

Em relação aos trabalhadores, de forma geral, o poder se configura na hierarquização das próprias categorias, formadas por contingentes de trabalhadores mais escolarizados e daqueles analfabetos. A própria divisão em categorias dividem os trabalhadores em professores, bancários, varredores de rua, gráficos, etc, fazendo com que eles não se vêem todos como trabalhadores, donos de sua força-de-trabalho, mas sim estanquizados e a identidade é apenas reconhecida por meio da sua categoria.

Nas diretorias dos sindicatos, essa idéia é reproduzida nas configurações de suas composições, onde o poder do homem branco, impõe à mulher que essa deve ocupar as funções de secretaria, cargos onde o poder é minimizado. O lugar da mulher é pregado pela classe dominante como sendo a casa, o meio privado.

Na concepção de SANTOS (1996), o lugar está ligado a questão da inclusão e exclusão. Onde a mulher é excluída dos cargos de poder, porém incluída no processo de dominação do sistema capitalista, excluída de alguns espaços, porém essenciais à eles.

O lugar se constrói através de interesses dominantes e onde se exclui a questão de gênero. Nesse sentido, nos perguntamos, qual o lugar da mulher na sociedade capitalista?

Para SMITH (2000) o lar é castelo e prisão, na medida que tanto seu ingresso como saída são controlados de várias formas, sendo que a escala do corpo é que define o lugar da identidade pessoal e a escala da casa é onde isso ocorre. Por isso, sem a casa (o sem-teto) perde-se o poder sobre a maneira como a identidade é construída.

Apesar de ser o ambiente da casa, designado à mulher, “o lar doce lar”, mas mesmo nesses lugares, suas funções são realizadas tendo em vista o bom desempenho do lar. Ela é a responsável pelas condições de reprodução do homem e a única responsável pelas tarefas da casa. O lugar dela é aquele onde ela tem de fazer funcionar. Em sintonia com as necessidades do trabalhador, chefe da família e no momento em que ela própria tende a sair para o trabalho remunerado, continua sendo a única responsável pela casa. Trabalho gratuito e sem custos para o capital. A casa é o lugar da reprodução dos seres humanos, sendo que esta função juntamente com a função da reprodução dos trabalhadores é organizada e realizada pela mulher.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Diante do exposto, podemos pensar que a mulher pode estar/sentir em um lugar, pregado como sendo seu, porém com as funções definidas independentes de sua vontade, e onde esse trabalho doméstico é invisível, não remunerado, não reconhecido.

Para MESZÁROS (2002) a mulher é a argamassa permanente da sociedade, pois é ela que sustenta toda a estrutura do capital. Nesse sentido é que o autor coloca que aí está o perigo de se dar poder a mulher, já que a família é o microcosmo da estrutura metabólica do capital. Pois é na família que se criam as condições de exploração do trabalhador, com a mulher exercendo a função de prover a família de todas as condições para melhor serem exploradas.

Então a mulher poderia também fazer a situação inversa, reverter o processo de exploração?

É no lugar onde se territorializam os fenômenos fruto do embate capital/trabalho e é nesse lugar que tomamos como referência para nosso olhar geográfico, onde os diversos movimentos concebidos pelo processo do metabolismo do capital se expressam. Porém o lugar não é isolado da realidade, ele é um microcosmo de um movimento maior, que passa por meio da referência local a ter conotações globais, porém, sem deixar de ser referência local. A importância da Geografia fica expressa por essas grandezas escalares.

Lembrando que a escala nas relações de poder se explicita nas diferentes configurações territoriais, com maior expressão para o capitalista que se territorializa livremente sobre os limites municipais e territoriais, enquanto o trabalho se territorializa tomando como limite a configuração categorial e territorial dos sindicatos.

E no nível da questão de gênero, sua configuração além de se limitar pela configuração territorial e categorial seu limite é também do lugar, que lhe é destinado, conforme a divisão sexual do trabalho, que separa as funções e, conseqüentemente, o lugar assumido pelas mulheres.

No caso das mulheres não-sindicalizadas e sindicalizadas, o limite para a ocupação de outros espaços e lugares, está além dos estigmas impostos às mulheres pela sociedade, está na execução da dupla jornada de trabalho e no fato da maioria das mulheres não gostarem de política.

No caso das sindicalistas, o limite para ocupação de outros lugares e cargos pelas mulheres, seria o da execução da dupla jornada de trabalho e na sobrecarga que têm quando não conseguem afastamento integral do trabalho assalariado para se dedicarem ao sindicato. Tornando-se, muitas vezes uma sobrecarga, o que contraditoriamente, pode ser uma forma de potencializar sua emancipação, ou seja, o fato de haver uma terceira jornada de trabalho para as mulheres, possibilita a convivência com o mundo sindical, o que tendencialmente poderia desencadear em uma visão mais politizada do mundo e das condições de trabalho exercidas.

No entanto, a própria organização sindical, que delega às mulheres os cargos de menor prestígio e de poder de decisão é um limite da ocupação do lugar/ espaço/território. O limite, seria o fato do sindicato não ver o diferente como variação, mas como separação.

Há o limite de se pensar além dessa forma de sindicato, de sociedade, de gênero e de classe. Como poder vislumbrar uma sociedade diferente se essa é a única que se tem, como pensar diferentemente dessa lógica? Como pensar além da dicotomia de homem/mulher, sindicalizados/não-sindicalizados, sindicato/Estado, capital/trabalho?

Como pensar em igualdade de gênero numa sociedade que se estrutura pela desigualdade? E onde se territorializa as relações definidas pela hegemonia de classe, onde os homens e mulheres de posse dão sua caracterização àquele lugar, que se torna referência?

É na condição de trabalhadora que pode estar a alternativa de vir a ter a terceira jornada, não como um fardo, um trabalho alienante, sem prazer, cujos frutos lhe são também alienantes. Mas na condição de militante, que pode ter a possibilidade de vir a conhecer seus direitos enquanto trabalhadora, cujo trabalho alienante sustenta o sistema, por dois motivos, pela extração da mais-valia e do seu trabalho gratuito no ambiente do lar, ao prover toda a família para o trabalho.

É nas relações criadas, com vistas à emancipação de classe e por meio da terceira jornada, obtidas por meio da militância, sindical, partidária ou de algum movimento social de cunho coletivo, que se aposta que as mulheres podem ter acesso a elementos com vistas à sua emancipação de gênero.

Dessa forma, o lugar a ser criado/construído pela mulher, deve ser aquele onde as diferenças de classes não sejam gritantes e onde haja igualdade também entre os sexos.

Mas lembremos que conforme aponta MESZÁROS (2002), a igualdade num sistema onde se mantém ao mesmo tempo a subordinação do trabalhador no processo de reprodução metabólica do capital, é uma contradição. E ainda afirma que “somente uma força comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua produção subordinada e proporcionar igualdade” (MESZÁROS,2002, p.305).

Retomando o que SMITH (2000) expôs, podemos fazer uma analogia com os sem-teto, com a criação do “veículo do sem-teto” e do “Poliscar”, que por meio desses veículos puderam expressar a percepção central, de que a libertação política exige o acesso ao espaço e para abrir esse novo espaço e assim reorganizar a Geografia Urbana, não pode ser de forma aleatória. Mas reorganizar a produção e reprodução da vida cotidiana, no interior do lar, só assim poderão estar resistindo a opressão e exploração numa escala maior, num campo geográfico maior.

Para o autor, isso só será possível quando dado movimento organizado localmente, tiver condições de saltar escalas, no sentido de dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm a produção e reprodução da vida cotidiana. O autor reafirma o conceito de escala como um mecanismo de inclusão social de grupos que podem passar a ampliar as identidades de um dado lugar, tendo em vista a supressão do espaço pelo tempo.

Para o autor, o sistema de escala não é ontológico. A escala geográfica é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais, culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcado contemporâneo. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto do objeto quanto da resolução dessa disputa e é a escala que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado.

Nesse sentido, as mulheres podem ter a perspectiva de tentar reafirmar seu lugar no espaço do capital, onde haja a igualdade dos trabalhadores entre si e onde portanto, não haja oportunidade para a imposição das condições desse sistema alienante.

O espaço a ser criado pressupõe a construção de referenciais, baseado nas condições de igualdade de classe e gênero. Numa grandeza escalar de maior expressão e que tenha poder para impor a sua configuração geográfica no espaço. Essa configuração terá a Geografia da igualdade como princípio de construção de referenciais. Onde as relações de trabalho possam ser, a de produzir o essencial para a subsistência, longe da hierarquização da classe trabalhadora, firmada pela divisão social do trabalho, extremamente excludente. E onde se possa ter o acesso ao espaço construído longe da idéia da existência de classes sociais.

De acordo com SMITH (2000) o acesso diferenciado ao espaço leva a diferenças de poder na construção de escala da vida cotidiana. E é na construção de uma identidade no espaço e lugar imposto pelas fronteiras da escala hegemônica, que pode se tornar uma arma de expansão e de inclusão, ampliando as identidades. No sentido de que, ao mesmo tempo em que o estabelecimento de escalas pode impor identidades, pode por outro expandir as identidades, formadas em um dado lugar com a perspectiva voltada para os interesses da classe dominada.

Na mesma forma podemos considerar a questão de gênero, onde a mulher mesmo confinada às funções de menor prestígio no meio sindical, ou confinada fora dos ambientes do sindicato, pode vir a criar uma forma geográfica de contestação a sua condição. O limite da exclusão pode gerar condições de agir para ser incluída na construção do contra-espaço.

Lembrando que as relações estabelecidas no espaço do capital, se territorializaram com a imposição do poder da classe dominante, do patriarcalismo ou do poder do homem sobre a mulher, e no caso da trabalhadora com uma dupla imposição dessas duas frentes.

MESZÁROS (2002) coloca a importância da igualdade nas relações entre homens e mulheres, para a própria emancipação da sociedade, pois desse relacionamento se pode medir o nível de desenvolvimento da sociedade. Essa relação deve vir livre do provimento socioeconômico e espontaneamente regulada pelos próprios indivíduos, “não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-realização dos indivíduos como seres sociais particulares” MESZÁROS (2002, p.268).

Para o autor MESZÁROS (2002) a família, tem sua importância enaltecida na sociedade, pela manutenção do domínio do capital, na medida em que é nessa escala em que há a internalização do *sistema de valores*, onde não se permite contestar o sistema. Dessa forma, ainda aponta que a emancipação das mulheres nessa sociedade impõe a extinção da família nuclear. Pois a igualdade dentro da família, só poderá ser conseguida, com a igualdade verdadeira e sendo assim, com a extinção de todo o processo do macrocosmo do capital, que é a família, entrelaçada a outras instituições, como a igreja e educação, a serviço da reprodução do sistema desses valores.

MESZÁROS (2002) aponta ainda que apesar da entrada da mulher no mercado de trabalho em nada caminhar na busca pela sua emancipação, uma vez que os seus salários, juntamente com dos outros trabalhadores tem tido uma crescente queda, essa nova necessidade imposta pelo processo do metabolismo do capital, pode trazer novas condições de resistência para a mulher, apesar de apontar que, a subordinação da mulher nesse sistema deverá ser permanente, até pela forma como o sistema de educação funciona, aliado aos outros sistemas de valores, como a igreja e a família.

O fato é que, mesmo sofrendo maiores desgastes físicos e mentais, as mulheres têm demonstrado estar em condições de igualdade com os homens no que toca ao desenvolvimento do trabalho assalariado e se inserindo aos poucos nos sindicatos, partidos políticos e em diversos movimentos sociais.

Outra forma de resistência, se mostra nas mudanças da configuração das famílias, que tem se diferenciado do padrão de monogamia, nuclear e patriarcal, onde até então era aplicada a primeira forma de propriedade, do marido em relação à esposa e filhos. Nesse sentido, como condição de igualdade de oportunidades para as mulheres, se apresenta, a eliminação dessa forma de família na sociedade. Porque a família é peça central nessa desigualdade de sexos, uma vez que a reprodução está ligada ao consumo e mão-de-obra. É por isso que a função da mulher é de sustentar todo o sistema, apesar desta parecer despercebida. (MESZÁROS, 2002)

Porém, podemos concluir que a mulher ao realizar a tripla jornada de trabalho, pode ao mesmo tempo entender a importância de seu papel para a estruturação do sistema de metabolismo social e a partir da ocupação do sindicato, tornar possível o

saltar escalas. Ou seja, conforme visto, o papel da mulher, juntamente com o papel da manutenção da forma de família nessa sociedade é de essencial importância para a estruturação desse sistema, no momento em que o trabalho da mulher dentro da família é sem custos para o capital. Além do fato das mulheres estarem sempre atarefadas com suas atribuições domésticas, aumentando a sua alienação enquanto gênero e ao se inserir no mercado de trabalho, se aliena também como integrante de uma classe social dominada. O papel da família, como vimos, reforça a subordinação da mulher ao marido e posteriormente ao capitalista e sua conseqüente alienação como ser humano dotado de capacidades, porém com suas especificidades de mãe subjugada ao poder do homem capitalista. A partir do momento em que a mulher militante se insere no sindicato, ela começa a vislumbrar o meio público que lhe é negado. Apesar de sua função no interior do meio privado, ao ajudar na permanência da família, como uma instituição que ao mesmo em que prega a sua subordinação através da divisão sexual das funções, mas também da subordinação da classe trabalhadora de forma geral, a mulher pode então vir a criar mecanismos de conscientização da base trabalhadora. Seja por meio do jornal do sindicato, da abertura para a maior atuação da mulher nas diretorias sindicais. É por meio da ocupação de lugares antes impensáveis, como a ocupação de cargos nos sindicatos, que a mulher pode começar a trazer as suas questões específicas de gênero para o interior dos sindicatos e do meio político de forma geral.

Nesse sentido é que reforçamos que, a atuação da mulher nos sindicatos, através da tripla jornada do trabalho, tem a perspectiva da construção de um contra-espço, voltado para suas questões de gênero, mas sem perder de vista, a classe trabalhadora como um todo. Pois, conforme vimos, somente a partir da vivência e da experiência em um dado espaço é que se pode criar condições para a construção de um espaço alternativo, com perspectivas voltadas não somente para a questão de gênero, mas da classe social e do fim do sistema de classes, sustentado pela permanência do sistema metabólico do capital.

## NOTAS

\* Este artigo faz parte de nossa Dissertação de Mestrado defendida em Abril/2003, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior e agora revisada na forma de livro: Gênero e classe nos sindicatos. Presidente Prudente: Edições Centelha, 2004, 142p.

<sup>1</sup> Trata-se do CEGeT, Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior e que conta com a composição de 19 integrantes, com variados níveis de pesquisa e vem através da conexão com outras áreas da ciência como a Sociologia, Filosofia, tentando fortalecer o conceito de trabalho dentro da Geografia.

- <sup>2</sup> Para a efetivação dessa idéia, abordamos as trabalhadoras da base, por meio da aplicação de 135 questionários e entrevistas com 09 sindicalistas, das 08 categorias trabalhadas. Também entrevistamos 02 mulheres militantes, uma que já atuou na Apeoesp, (Regina Penatti) foi diretora da subseção da CUT e vereadora pelo PT na cidade de Presidente Prudente<sup>4</sup> e a outra militante, (Marta Nucci) apesar de atualmente ser assessora da CUT-Presidente Prudente, já foi candidata a prefeita por 2 vezes pelo PT em sua cidade de origem, (Maracaí). Além da realização de 10 entrevistas com trabalhadoras de 5 categorias: APEOESP, SEEB, SSM, SEC, SIEMACO.
- <sup>3</sup> A abordagem se realizou por meio de entrevistas aos 05 sindicalistas, presidentes dos seguintes sindicatos: SEEB, SINTCON, SINDIÁLCOOL, STIAC e SEC.
- <sup>4</sup> Dos trinta e sete sindicatos sediados (ou com subseção) em Presidente Prudente, escolhemos oito como objeto de nossa pesquisa, são eles: Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente (SSM), Sindicato dos Bancários e Financiários de Presidente Prudente e Região (SEEB); Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Pesada, Terraplanagem, Instalação Elétrica e Hidráulica, do Mobiliário e Material Cerâmico de Presidente Prudente e Região (SINTCON); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêutica e de Fabricação de Álcool de Presidente Prudente e Região (SINDIÁLCOOL); Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Presidente Prudente e Região (SIEMACO); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos e de Curtimentos de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo (STIAC); Sindicatos dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Sindicatos dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente e Região (SEC).
- <sup>5</sup> Ver: SOUZA-LOBO (1991), BORBA, Angela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (org.), 1998
- <sup>6</sup> Mais detalhes ver: SOUZA-LOBO (1991), ROSSINI (1998) PERROT (1998), BANDEIRA (1997).

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. "Divisão sexual do trabalho - práticas simbólicas e práticas sociais". In: SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia. e CAPPELLIN Paola (org.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora UnB, 1997, p. 155-176.

BORBA, Angela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau. (org.) **Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CANIATO, Rodolpho. **Com ciência na educação: ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência**. Campinas: Papyrus, 1987, 127p.

CARVALHAL Terezinha B. Gênero e Trabalho: A Participação da Mulher nos Sindicatos de Presidente Prudente/SP. In: **Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociais**, Universidade de Barcelona. Vol VII, nº 416, 2002. [www.ub.es/geocrit/b3W-416htm](http://www.ub.es/geocrit/b3W-416htm).

- CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Centelha, 2004, 142p.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 125p.
- IASI, Mauro L. **Processo de consciência**. São Paulo, CPV, 1999, 81p.
- LENIN, V. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, 139p.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1992, 138p.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, 1102p.
- MOREIRA, Ruy **O Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1985.
- PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998,
- ROSSINI, Rosa Ester "As geografias da modernidade - Geografia e Gênero - Mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto." In: **Revista do Departamento de Geografia/NEMGE** – Universidade de São Paulo, n.º12, p. 7-26, São Paulo, 1998.
- SANTOS, Milton **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES. Antonio A.(org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000, p. 132-175.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- THOMAZ JR A. A trama Societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. In: **O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização** (AGB Bauru). Bauru, 2000.